

LEGISLATIVO

Câmara volta a analisar PL Antifacção

Enviada pelo Executivo no ano passado, a proposta retornou ao plenário após sofrer alterações significativas no Senado

» IAGO MAC CORD

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), oficializou a recondução do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) como relator do Projeto de Lei (PL) Antifacção. A decisão ocorre no momento em que a proposta, enviada originalmente pelo Executivo em outubro do ano passado, retorna ao plenário após sofrer alterações significativas no Senado Federal.

Com o fim do prazo de tramitação, o projeto passou a trancar oficialmente a pauta da Câmara, impedindo a votação de outras matérias, com exceção de Medidas Provisórias (MPs) e Propostas de Emenda à Constituição (PECs).

Enquanto a pauta permanece travada, com expectativa de votação para a próxima semana, Derrite cumpre agenda internacional em El Salvador. O parlamentar participa de compromissos voltados ao debate sobre crimes transfronteiriços e segurança pública, com o objetivo de conhecer o modelo adotado pelo presidente Nayib Bukele, baseado em repressão intensificada e construção de megaprisiones, estratégia que ele defende como eficaz contra facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

A Casa deve priorizar, nos próximos dias, a votação de duas MPs que vencem nos dias 24 e 25 — relativas ao crédito rural e à regulação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) —, enquanto

Fernando Frazão/Agência Brasil



Hugo Motta oficializou a recondução do deputado Guilherme Derrite como relator do projeto

a definição final sobre o texto do PL Antifacção tende a ficar para o início de março, após o avanço da chamada PEC da Segurança.

Divergência na base

A recondução de Derrite ocorre em meio a divergências dentro da própria base governista. O líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara, Pedro Uczai (PT-SC), afirmou que a bancada mantém

a disposição de votar a proposta.

“Mantemos a mesma posição adotada antes do carnaval. A bancada tem disposição para votar o PL Antifacção, não apenas para destrancar a pauta, mas principalmente pela relevância e urgência que esse tema exige do Parlamento”, afirmou.

O parlamentar destacou que o projeto já foi aprovado pela Câmara, passou pelo Senado com modificações e retorna agora para nova deliberação. “O projeto foi aprovado na

Câmara, passou pelo Senado, onde foi aperfeiçoado, e agora retorna com plenas condições de deliberação. Cabe à Câmara decidir, conforme o Regimento, se vota o texto original ou a versão modificada pelo Senado”.

Segundo ele, o PT atuará para garantir o avanço da matéria. “Reafirmamos que a bancada do PT vai trabalhar para avançar na votação e dar uma resposta firme no enfrentamento às facções criminosas”.

Já o deputado Lindbergh Farias

(PT-RJ) criticou a decisão da Presidência da Câmara de manter Derrite na relatoria. Para ele, a condução anterior do parlamentar comprometeu a coerência do texto.

“É um novo erro da Presidência da Câmara insistir na relatoria de Derrite para o PL Antifacção. Sua atuação já havia sido contestada por desfigurar o projeto original do governo, apresentando seis versões sucessivas, num verdadeiro Frankenstein legislativo, com mudanças erráticas, contradições e recuos que fragilizaram a coerência jurídica e a efetividade do combate ao crime organizado”, exaltou.

Lindbergh também afirmou que as versões anteriores teriam enfraquecido instrumentos federais de coordenação e criado insegurança jurídica. Para ele, o resultado foi um texto inconsistente, que enfraquece o Estado e cria brechas que podem ser exploradas justamente pelas facções que se pretende combater.

Para o deputado, o texto aprovado no Senado, relatado por Alessandro Vieira (MDB-SE), corrige essas distorções ao fortalecer a coordenação nacional liderada pela União, a atuação da Polícia Federal e os mecanismos de descapitalização das organizações criminosas, como o perdimento extraordinário de bens.

Diferença

O ponto central do conflito está nas mudanças promovidas ao longo da tramitação. O governo prefere a versão do Senado, enquanto a oposição e o próprio Derrite sinalizam a retomada de trechos da

versão anterior da Câmara.

No primeiro texto apresentado por Derrite, foi criado o crime de “domínio social estruturado”, com pena de 20 a 40 anos de prisão, além do tipo “favorecimento ao domínio social”, com pena de 12 a 20 anos. No Senado, Alessandro Vieira substituiu a tipificação por “facção criminosa”, com pena de 15 a 30 anos, podendo dobrar para comandantes. O crime de favorecimento foi reduzido para oito a 15 anos.

O texto aprovado pelos senadores também incluiu a criação da Cide-Bets, contribuição incidente sobre apostas para financiar a segurança pública — ponto elogiado por Derrite, apesar das divergências sobre outros trechos. A Câmara havia incluído, ainda, a vedação de auxílio-reclusão para membros de facções ultraviolentas e a restrição do direito ao voto para presos provisórios, dispositivos que foram retirados sob o entendimento de que exigiriam alteração constitucional.

A versão relatada por Alessandro Vieira também autoriza o uso de spywares e a interceptação de comunicações entre presos e advogados, mediante ordem judicial e notificação à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em caso de suspeita de conluio.

Com o impasse político e técnico, a definição sobre qual texto prevalecerá — o da Câmara ou o do Senado — deve concentrar as negociações nas próximas semanas, em meio à pressão para que o Parlamento apresente uma resposta concreta ao avanço das facções criminosas no país.

Fotos: Vinicius Doria/CB/D.A Press



O vereador Carlos Bolsonaro visitou o pai na Papudinha

DECLARAÇÃO

“Bolsonaro escolhe pré-candidatos pelo PL”, diz 03

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) prepara uma lista de pré-candidatos ao Senado, aos governos estaduais e “a outras participações políticas igualmente relevantes”, escreveu o vereador Carlos Bolsonaro (PL) na rede X.

Carlos, que visitou o pai na Papudinha, onde ele está preso após ter sido condenado por uma tentativa de golpe após a derrota nas eleições de 2022, disse que Bolsonaro pediu ao filho para informar os aliados sobre a confecção da listagem.

“Mesmo diante da evidente degradação de sua saúde, mantém-se focado, lúcido e construtivo”,

afirmou o vereador sobre o pai.

Carlos também escreveu que Bolsonaro “continua soluçando intensamente” e que apresentou uma “crise severa de vômitos” ao longo da tarde da sexta-feira. Naquele dia, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, manifestou-se contra a concessão da prisão domiciliar para o ex-presidente, como pede sua defesa.

Bolsonaro tem recebido visitas na Papudinha de pré-candidatos que buscam a bênção do ex-presidente para se lançarem em seus redutos eleitorais. Carlos disse ainda que encontrou e apertou

a mão dos deputados federais Nikolas Ferreira (PL) e Ubiratan Sanderson (PL), que também visitaram Bolsonaro neste sábado.

Nikolas x Eduardo

Nikolas e o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) tiveram uma desavença pública nos últimos dias. Em entrevista, na sexta, o filho do ex-presidente afirmou que Nikolas e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) não têm demonstrado o devido apoio à pré-campanha de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência.

Após visitar Bolsonaro, Nikolas rebateu as críticas de Eduardo, disse que o ex-deputado “não está bem” e defendeu Michelle.

Na última semana, o anúncio de um protesto de direita para o dia 1º de março voltou a expor um atrito entre Nikolas, que chamou a manifestação sob o lema “Fora, Lula, Moraes e Toffoli”. Mas a ala bolsonarista, mais ligada a Eduardo e Flávio, avalia não ser estratégico priorizar, agora, o impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli.

São recorrentes as reclamações sobre uma suposta tentativa

de Nikolas de se descolar de Bolsonaro e privilegiar o próprio engajamento e crescimento político — o que aliados do deputado resumem como “dor de cotovelo” e disputa por protagonismo.

Em algumas ocasiões no passado, Eduardo já havia acusado o deputado de não se engajar como poderia nas pautas em defesa do bolsonarismo.

A relação conflituosa reflete o racha dentro da própria família Bolsonaro. Enquanto Eduardo acumula atritos com Nikolas, Michelle — alvo da artilharia dos filhos do marido — apoia o deputado.



ROBERTO BRANT

SE QUEREMOS DE FATO UM GOVERNO QUE GOVERNE E QUE REALIZE MUDANÇAS, VAMOS TER QUE FAZER FORTES AJUSTES NAS COMPETÊNCIAS DOS PODERES

O declínio de nossas instituições

Crises políticas fazem parte da normalidade da vida nas democracias. Até as mais rígidas polarizações tendem a durar apenas um certo tempo, para depois irem aos poucos esmorecendo, sempre que haja liberdade para que todos expressem suas opiniões e que as eleições sejam percebidas como livres, justas e competitivas. No Brasil mesmo, não estamos longe do fim da atual polarização que, embora confronte campos com nítidas diferenças de valores e de visões do mundo, estão ancoradas na força de personalidades que estão, pela idade, próximas do seu ocaso político. Não é provável que no longo prazo os campos dominantes da política brasileira continuem sendo o PT de Lula e o bolsonarismo.

Se a polarização em si não é um problema sem solução, a crise institucional em que estamos envolvidos é uma questão muito mais profunda e de difícil solução. Embora neste momento o foco esteja no mau funcionamento da cúpula do Poder Judiciário, tanto o Legislativo quanto o próprio Poder Executivo não funcionam para que o Estado

cumpra suas finalidades com a população. Se as coisas continuarem como estão, nosso país corre o sério risco de uma ruptura. Por isso, precisamos refletir para buscar algumas saídas.

Nossa crise institucional tem duas dimensões. A primeira dimensão é o emparedamento do Poder Executivo pelo Legislativo e pelo Judiciário. Nossa Constituição foi escrita ainda sob a experiência recente dos governos militares, quando tanto o Legislativo quanto o Judiciário funcionavam sob estrita submissão aos generais presidentes e seus dispositivos militares. A intenção do constituinte foi limitar o poder do presidente da República. Na verdade, havia até o desejo de se chegar ao parlamentarismo.

De qualquer modo, fortaleceram-se os poderes do Congresso e do Judiciário. Além disso, foi criado um sistema eleitoral que, praticamente, impede a formação de majorias parlamentares orgânicas. Então a Presidência é fraca institucionalmente e governa quase sempre em minoria. Nossos governos não têm o poder de realizar

mudanças, salvo em situações muito especiais, como ocorreu no primeiro mandato de Fernando Henrique.

Se queremos de fato um governo que governe e que realize mudanças, vamos ter que fazer fortes ajustes nas competências dos Poderes. A ditadura não é mais uma ameaça, como ainda era entre 1986 e 1988, mas a pobreza e a falta de crescimento econômico são. E não será sob a liderança do Congresso e do Judiciário que vamos resolver isso.

A segunda dimensão é a captura do Legislativo e, principalmente, do Judiciário por seus agentes internos, o que Francis Fukuyama chama de repatrimonialização do Estado. A realidade salarial do Poder Judiciário, estabelecida em todo o território nacional e em todas as esferas e instâncias, decidida internamente em violação da Constituição e das leis da República, e as imunidades e privilégios autoconcedidos o tornam um Estado dentro do Estado, um Estado rico dentro de um Estado pobre. Há uma tentativa do ministro Flávio Dino de restaurar não só a legalidade, mas também a

moralidade. Mas será preciso guardar muita inocência para acreditar que seus pares, tais como os conhecedores, o acompanharão nesta jornada heroica.

Grande parte do Legislativo, especialmente suas figuras mais poderosas, mantem conexões mal esclarecidas com uma infinidade de negócios e interesses privados, além de comandar anualmente 60 bilhões de reais do Orçamento federal, no qual praticamente não há mais recursos para investimentos. Quando se aproximam as eleições, as pessoas alimentam a esperança de que seu voto pode mudar o país.

O espaço para mudança é limitado, salvo se surgirem candidatos que demonstrem estar conscientes do ponto a que chegamos de degradação institucional e se mostrem dispostos a negociar uma reforma ou adaptação institucional, que torne o Estado mais apto a servir o conjunto da população e, principalmente, mais justo e mais democrático. Podemos mudar o presidente, os senadores e os deputados. É só o que podemos mudar, infelizmente.

Lavinia de Melo Borba
Escola Classe 02, Riacho Fundo 1

Educação

Este GDF já investiu mais de R\$ 260 milhões no Cartão Material Escolar.

Consulte o saldo do seu cartão no aplicativo BRB Social e confira as papelarias credenciadas.

GOVERNO QUE FEZ. GOVERNO QUE FAZ.